

OS SUJEITOS BRASILEIROS NAS ENUNCIÇÕES PRESIDENCIAIS: DE DEODORO DA FONSECA A GETÚLIO VARGAS

Renata Ortiz Brandão¹

O presente trabalho se propõe a apresentar alguns direcionamentos e análises iniciais de meu projeto de dissertação para mestrado, que tem por objetivo a realização de uma análise semântica da enunciação de Getúlio Vargas enquanto locutor-presidente, em seus discursos, manifestos e pronunciamentos². O objeto são as palavras que nomeiam os sujeitos brasileiros na sua relação com o Estado durante a Era Vargas, este período politicamente dinâmico e controverso no qual se estabeleceram algumas bases para a República brasileira.

Ao longo do governo Vargas, segundo Penna (1999), as Forças Armadas tiveram um papel decisivo e, com essa participação dominante dos militares nos assuntos e decisões do Estado, não houve inclusão efetiva do povo como ator coletivo, pois o “jogo das forças do poder” transformaram-no no “principal alvo da repressão (...) em nome da defesa” dos interesses do Estado (PENNA, 1999, p.186). Desse modo, as “tímidas reformas hiperdimensionadas pelo populismo” funcionaram como uma tentativa de “neutralizar as tensões sociais” (PENNA, 1999, p.151) e, no limite, de despolitizar a própria sociedade. As Forças Armadas e as elites dominantes no cenário político e econômico brasileiro daquele momento histórico aceitaram, em troca de favores e concessões, o fortalecimento do Estado e a expansão de seu aparelhamento. O Estado, de caráter autoritário e centralizador,

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UNICAMP, orientada pela Professora Dra. Sheila Elias de Oliveira (Departamento de Linguística – IEL/UNICAMP).

² *Corpus* selecionado para a dissertação: 1) Discurso de posse do Governo Provisório, de 03 de novembro de 1930, em que Vargas é líder da vitoriosa “Revolução” de 1930 que depôs o antigo governo. 2) Manifesto dirigido à Nação, de 12 de julho de 1932, em que Vargas pede apoio ao povo contra a Revolução Constitucionalista de 1932. 3) Discurso dirigido à Nação, anunciando o Estado Novo, em 10 de novembro de 1937. 4) Saudação de Ano Novo, pronunciada no Palácio Guanabara em 31 de dezembro de 1937. 5) Discurso de posse de 31 de janeiro de 1951. 6) Saudação de Ano Novo, transmitida pela “Voz do Brasil”, em 31 de dezembro de 1953. Fonte: Biblioteca da Presidência da República.

mas também empreendedor, visava ao desenvolvimento da indústria a partir de um projeto nacional-desenvolvimentista; ao mesmo tempo, operou mudanças funcionais e compensatórias, como a legislação trabalhista, a sindicalização e a concessão do voto às mulheres, que, embora não tenham modificado “fundamentalmente a condição de vida dos milhões de brasileiros” (PENNA, 1999, p.187), foram significativas para a sociedade.

Este trabalho está ancorado na Semântica do Acontecimento, tal como proposta por Eduardo Guimarães (2002), em um diálogo com a Análise de Discurso de filiação francesa. Nessa perspectiva, não se parte de um sentido fixo *a priori* para a palavra, mas se busca na materialidade enunciativa compreender suas especificidades nos direcionamentos semânticos e em sua inscrição em posições interdiscursivas presentes na sociedade. Inscrita em uma posição materialista, esta teoria não toma a linguagem como transparente, pois entende que as relações estabelecidas com o real, o que está para ser significado pela linguagem, são sempre históricas. Trata-se de uma semântica que “considera que a análise do sentido da linguagem deve localizar-se no estudo da enunciação, do acontecimento do dizer” (GUIMARÃES, 2002, p.7). Entende-se que uma palavra, enquanto forma da língua, significa na relação entre uma memória de enunciações passadas e o presente do acontecimento, produzindo uma latência de futuro. O acontecimento produz a cada vez uma nova temporalidade:

um presente que abre em si uma latência de futuro (...), sem a qual nada é significado, pois sem ela (...) nada há aí de projeção, de interpretável. (...) Todo acontecimento de linguagem significa porque projeta em si mesmo um futuro. Por outro lado este presente e futuro próprios do acontecimento funcionam por um passado que os faz significar. (GUIMARÃES, 2002, p.12).

É neste jogo entre presente, passado e futuro que se configura a designação de uma palavra no acontecimento enunciativo. A *designação* é entendida como a “significação de um nome”, enquanto uma relação linguística tomada na história (GUIMARÃES, 2002, p.9). Segundo Guimarães (2002, p.10), “(...) a linguagem significa o mundo de tal modo que *identifica* os seres em virtude de significá-los”. A operação de referência produz uma identificação do objeto de discurso no real das coisas e/ou das ideias, pela relação entre a palavra e as predicções e

determinações que recebe no enunciado em que se inscreve, como parte de um texto. Não se trata, portanto, da atribuição de um sentido fixo ou único às palavras, mas sim “da compreensão do modo como o presente do acontecimento trabalha sobre a latência da significação da palavra, repetindo e/ou deslocando sentidos” (OLIVEIRA, 2012, p.110). É preciso, então, observar as operações de textualidade em torno da palavra.

Pelos movimentos textuais de *reescritura(ção)* (retomada) e *articulação* (contiguidade), as formas linguísticas são predicadas e determinadas nos textos em que se inscrevem. A reescrituração, conforme Guimarães (2007, p.84), “é o procedimento pelo qual a enunciação de um texto rediz insistentemente o que já foi dito fazendo interpretar uma forma como diferente de si”. Esse procedimento será observado, ao longo do mestrado, nos movimentos das relações intra e intertextuais dos discursos presidenciais. Por sua vez, para Guimarães (2007), a articulação são relações de contiguidade local que, não redizendo, afetam as expressões linguísticas no interior dos enunciados ou na relação entre eles.

Paul Henry (1993), filiado à Análise de discurso francesa, afirma que a linguagem promove o próprio movimento que toma um sentido por outro, em *relações parafrásticas e polissêmicas*, que constroem localmente o sentido. Para ele, a questão do sentido não pode ser esgotável, ao contrário, ela é sempre deslocada e reformulada.

Assumindo que a linguagem funciona na tensão entre paráfrase e polissemia, nosso interesse é investigar, na designação dos sujeitos brasileiros, os movimentos parafrásticos e polissêmicos na enunciação do locutor-presidente escolhido (Getúlio Vargas), buscando assim compreender, ao longo desta pesquisa para o mestrado, a especificidade dessas designações em relação à própria memória discursiva ligada à República. Segundo Orlandi (2007, p.31), a memória discursiva é o interdiscurso, “aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente”. Segundo a autora, a memória discursiva é um saber que possibilita dizeres e que retorna como um já-dito que é base do que pode ser dito, do dizível, de modo a sustentar a tomada da palavra. A memória discursiva é, desse modo, algo que

vem pela história, (...) pela memória, pelas filiações de sentidos constituídos em outros dizeres, em muitas outras vozes, no jogo da língua que vai-se historicizando aqui e ali, indiferentemente, mas marcada pela ideologia e pelas posições relativas ao poder (ORLANDI, 2007, p.32).

Os processos parafrásticos, por sua vez, “são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória”, representando assim “o retorno aos mesmos espaços do dizer” em diferentes formulações de um dizer estabilizado, sedimentado. “Ao passo que, na polissemia, o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação”, isto é, o equívoco, o movimento dos sentidos (ORLANDI, 2007, p.36).

Ao analisar, na enunciação de Getúlio Vargas enquanto locutor-presidente, o conjunto de palavras que nomeiam, designam e identificam os sujeitos brasileiros na sua relação com o Estado, interessa-nos compreender como essas palavras significam os sujeitos na sua relação com a própria construção da república brasileira, entendendo que a república se constrói também pelas palavras que a compõem e pelo modo como elas se estabilizam por meio da enunciação.

O modo como os nomes significam se inscreve no processo histórico de construção do referente, processo este determinado por relações sociais. Nesse sentido, é papel do linguista ler o acontecimento, uma vez que é a linguagem “que nos permite significar o vivido, dotar de sentidos a espacialidade e a temporalidade, (...) conferindo-lhes possibilidades de múltiplas leituras” (ZANDWAIS, 2012, p.49). Assim, o “próprio acontecimento se discursiviza e projeta novas formas de” significação para a relação entre os sujeitos e o Estado (ZANDWAIS, 2012, p.54).

Isto nos permitirá, esperamos, ao final do mestrado, compreender os modos de identificação do sujeito brasileiro pelo Estado e de construção da relação entre governante e governados, a partir da enunciação presidencial de Getúlio Vargas. Essas palavras e o modo como elas se inscrevem na enunciação do presidente nos permitirá compreender também os movimentos particulares na República tal como ela foi configurada na era Vargas, em suas contradições.

Neste primeiro momento, apresentamos aqui os modos de nomear dos dois primeiros governos civis e dos dois primeiros governos militares que antecederam

Getúlio Vargas na República brasileira, estudados em trabalhos anteriores supervisionados pela mesma orientadora, uma vez que tais trabalhos parecem apontar para alguns deslocamentos nos modos de significar os brasileiros neste primeiro momento da nossa República.

Em meu trabalho de iniciação científica, intitulado “Palavras da instauração da República Brasileira: o cidadão brasileiro nos discursos presidenciais”³, investiguei como *cidadão*, palavra fundamental na construção das Repúblicas Modernas, significa na enunciação dos dois primeiros presidentes da República brasileira, Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, ambos militares, neste momento de implantação de um novo sistema político no Brasil. As análises sobre a designação da palavra *cidadão* e suas concorrentes cognatas (*concidadãos*) e não cognatas (*povo, brasileiros, Nação*) mostraram que tais unidades lexicais entram produzindo sentidos, por um lado, de desigualdade e divisão, incluindo não o todo da nação, mas sim setores e classes determinadas; por outro lado, de um sentimentalismo patriótico de exaltação do regime e da Pátria que não está ancorado em uma participação efetiva da coletividade nos rumos do país, mas sim em um sentimento de amor que parece legitimar-se simplesmente no fato de o sujeito ser brasileiro. Desse modo, parece não haver uma reivindicação do modo de participação dos sujeitos republicanos na sua relação política com o Estado.

Tanto nos discursos de Deodoro quanto nos de Floriano, *cidadão* refere a indivíduos ou classes sociais da nação, apontando para uma divisão hierárquica que se dá entre o cidadão e o Estado e, ao mesmo tempo, entre os próprios cidadãos, divididos em categorias distintas. *Cidadãos* e sua concorrente cognata *concidadãos* aparecem predominantemente no plural e funcionam, nos dizeres dos dois presidentes, como marcas formais que fazem ecoar a República como uma nova forma de governo, uma vez que carregam uma memória republicana ocidental. Estas duas unidades lexicais, apesar de cognatas, apresentam entre si uma nuance de sentido: *concidadãos* é a palavra concorrente empregada prioritariamente como vocativo para apontar o todo da nação e aproximar os governantes de seus

³ Trabalho realizado sob a orientação da Prof^a Dr^a Sheila Elias de Oliveira e financiado pelo PIBIC/CNPq.

governados; já *cidadãos* vem para especificar grupos distintos da sociedade. Tais palavras, no entanto, não significam como reivindicação de uma nova prática política em que o povo participa efetivamente no regime republicano; ao contrário, estão inscritas em um discurso patriótico sentimental. O nacionalismo patriótico é reforçado pelo emprego de palavras concorrentes não cognatas, como *nação*, *pátria*, *brasileiros*, *irmãos*, que se inscrevem em dizeres que produzem os sentidos de amor à Pátria, ao regime e ao governo, bem como de irmandade entre os brasileiros.

Meu trabalho de iniciação científica apresentou diálogo constante com o de Isabel Cristina Rosa dos Santos, “A designação de *cidadão* na enunciação de Prudente de Moraes e Campos Sales”⁴, que buscou compreender a designação da palavra *cidadão* na enunciação dos dois primeiros presidentes civis do Brasil, Prudente de Moraes e Campos Sales. Santos mostrou que as palavras *cidadãos* e *concidadãos*, sendo esta última predominante, referem tanto à coletividade da nação, como a diferentes setores da população. Apontou também que se foi construindo uma identidade de desigualdade política dos sujeitos em relação ao Estado, personalizado na figura do presidente, uma vez que este se significa como o ator principal da história da República, ficando a participação dos outros agentes instituídos no governo minorada e a do coletivo popular restrita ao voto e relegada a setores específicos da sociedade. *Cidadão* se dilui em meio a um conjunto de outras palavras, como *povo*, *brasileiros*, *nação*, que produzem uma identidade antes de pertencimento nacional do que de participação política.

Estes dois trabalhos de iniciação científica que dialogaram entre si se inspiraram na análise de discursos de posse ao longo da República Brasileira feita por Oliveira (2012), que levanta a hipótese de que a instabilidade de *cidadão* e de seus derivados é uma característica do modo como essas palavras se constituem no regime republicano brasileiro. A autora associa esta instabilidade “à falta de um projeto republicano de Estado e de mecanismos que garantissem sua manutenção a despeito das mudanças de governo” (OLIVEIRA, 2012, p.127).

⁴ Trabalho realizado sob a orientação da Prof^a Dr^a Sheila Elias de Oliveira com financiamento do PIBIC/CNPq.

Uma análise inicial dos discursos de Getúlio Vargas mostrou que as palavras marcadamente republicanas, como *cidadãos*, *concidadãos* e *República*, com maior presença nos discursos dos dois primeiros governos militares e nos discursos dos dois primeiros civis, não passam, de modo significativo, pelo discurso político presidencial de Vargas. Há apenas duas ocorrências do vocativo *meus concidadãos* nos dois primeiros momentos da Era Vargas (Governo Provisório e Estado Novo), enquanto que no terceiro, em que Vargas é reeleito, há uma ausência desses signos republicanos e *meus concidadãos* é reescrito por *meus compatriotas*. Por sua vez, expressões nominais como *Nação*, *brasileiros*, *alma popular* e *povo brasileiro* são majoritárias e parecem apontar, pelas nossas observações iniciais, para um discurso patriótico e sentimental, uma vez que são determinados, pelos movimentos textuais de reescritura(ção) e articulação, por expressões como *gente nossa*, *povo humilde*, *todos os bons brasileiros* e *filhos da Pátria*.

Há, assim, um deslize nos sentidos: *cidadãos* e *concidadãos*, palavras que funcionam como marcas formais no início da República, exatamente por evocarem um memorável das repúblicas ocidentais, não apontam, no entanto, para a reivindicação da prática de participação política dos sujeitos brasileiros. De algum modo, as palavras marcadamente republicanas são, ao longo dos diferentes períodos de governabilidade no Brasil, cada vez menos trabalhadas enunciativamente pelos presidentes aqui selecionados, a ponto de não estarem mais presentes nos discursos de Getúlio Vargas em seu terceiro período de governo, isto é, quando reeleito em 1951. Nesse sentido, tais unidades lexicais são substituídas por outras, conforme destacamos acima, que reafirmam sentidos, que apontam para um retorno ao espaço do dizer de uma relação patriótica e sentimental, e também de obediência, entre os sujeitos e o Estado, no qual aqueles devem acolher as medidas impostas pelo governo, pois estas representariam os meios de atingir os *interesses supremos* do Brasil e, no limite, seriam a própria expressão da *vontade do povo brasileiro*.

Nesse jogo parafrástico e polissêmico, a mudança nos modos de identificação da coletividade mostra que, do início do regime republicano para o governo Vargas, os nomes que referem os sujeitos republicanos e a coletividade se deslocam, apontando assim para possíveis diferenças e rupturas nas relações de sentido,

ainda que o discurso patriótico pareça se aprofundar. Esta mudança indica que as palavras não são neutras e que, nesse sentido, fazem parte da composição de um projeto político para o país.

REFERÊNCIAS

BIBLIOTECA da Presidência da República: banco de dados. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas>>. Acesso em: 13 mai. 2014.

BRANDÃO, R. O. *Palavras da instauração da República Brasileira: a designação de cidadão em discursos presidenciais*. Monografia (Trabalho de conclusão de curso). Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2013.

GUIMARÃES, E. *Semântica do acontecimento*. Campinas: Pontes Editores, 2002.

GUIMARÃES, E. Domínio Semântico de determinação. In: GUIMARÃES, E.; MOLLICA, M. C. (orgs.). *A palavra: forma e sentido*. Campinas: Pontes Editores, 2007, p.77-96.

HENRY, P. Sentido, sujeito, origem. Tradução de Eni P. Orlandi. In: ORLANDI, E.P. (Org.). *Discurso fundador: a fundação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes, 1993, p. 151-162.

OLIVEIRA, S.E. Cidadãos e concidadãos nos discursos de posse da Primeira República. *Signum: Estudos da Linguagem*, Londrina, v.15, n.3, p.105-128, 2012.

ORLANDI, E.P. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 7. ed. Campinas: Pontes Editores, 2007.

PENNA, L. A. *República brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SANTOS, I.C.R. *A designação de cidadão na enunciação de Prudente de Moraes e Campos Sales*. Monografia (Trabalho de conclusão de curso). Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2013.

ZANDWAIS, A. Ler o acontecimento. In: SANTOS, S.S.B dos (org.). *Teorias e práticas de leitura: olhares e percepções*. São Paulo: Ed. Terracota, 2012, p.49-67.